

BIOINSUMOS NO BRASIL E NA ARGENTINA: DESAFIOS E REFLEXÕES SOBRE MARCOS REGULATÓRIOS NA CONTEMPORANEIDADE

Jonathan Dalla Rosa Melo

Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, campus Cerro Largo/RS

[*jonathandallarosa@gmail.com*](mailto:jonathandallarosa@gmail.com)

Evandro Pedro Schneider

Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, campus Cerro Largo/RS

[*evandro.schneider@uffs.edu.br*](mailto:evandro.schneider@uffs.edu.br)

Eixo 09: Multidisciplinar

RESUMO

No que tange ao uso dos bioinsumos na agricultura teve uma expansão acentuada nas últimas décadas, o que gerou a necessidade de nova legislação e o Brasil e a Argentina têm diferentes formas de abordagem sobre o tema, especificamente sobre redução de custos e aumento da produtividade. Propõe-se uma análise comparativa sobre os aspectos legais e técnicos relativos à produção de bioinsumos no Brasil e na Argentina. Pretende-se estabelecer um comparativo sobre o tratamento dispensado aos bioinsumos no Brasil e na Argentina, especificamente em relação aos parâmetros legais e adoção pelo setor produtivo. Objetiva-se analisar e comparar a legislação e as políticas públicas no campo dos bioinsumos no Brasil e na Argentina, efeito da atuação do Estado para a regulação e adoção dessa tecnologia pelo setor produtivo. A pesquisa é analítica, de metodologia de caráter qualitativo.

Palavras-chave: Legislação. Políticas públicas. Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

O setor dos bioinsumos integra as cadeias produtivas agropecuárias de forma crescente, fomentando um mercado em franca ascensão, devido às vantagens ligadas aos aspectos ecológicos à sua utilização. Neste contexto, há evidente demanda, e os integrantes das cadeias produtivas buscam superar os problemas inerentes à utilização de tecnologias inovadoras, o Estado responde ao setor produtivo através de construção de normas e políticas públicas, para a regulação e promoção do setor. A forma de reação do Estado às pressões sociais que podem ser diferentes entre os países.

No Brasil, no Decreto nº 10.375, de 26 de maio de 2020, que estabelece normas para o Programa Nacional dos Bioinsumos, uma das normas mais importantes sobre o tema na jurisdição brasileira, consta que

[...] bioinsumo é todo produto, processo ou tecnologia de origem vegetal, animal ou microbiana, destinado ao uso na produção, no armazenamento e no beneficiamento

de produtos agropecuários, nos sistemas de produção aquáticos ou de florestas plantadas, que interfiram positivamente no crescimento, no desenvolvimento e no mecanismo de resposta de animais, de plantas, de microrganismos e de substâncias derivadas e que interajam com os produtos e os processos físico-químicos e biológico (BRASIL, 2020, n. p.).

Por este motivo, faz-se necessário compreender com profundidade os aspectos legais e adoção pelo setor produtivo sobre os bioinsumos, tanto o Brasil quanto a Argentina, grandes exportadores de alimentos e com ampla adoção desta tecnologia de forma que o desenvolvimento adequado dos bioinsumos potencializa os resultados econômicos, especialmente em produtividade e desenvolvimento de novas tecnologias.

Em termos de legislação e políticas públicas, os integrantes das cadeias produtivas enfrentam dificuldades decorrentes de omissões do Estado e do legislador, especialmente no que se refere à concretização dos incentivos econômicos previstos em legislação e do apoio técnico prometido, além da omissão em termos de regulamentação específica, que, notadamente, não acompanha, juridicamente, a evolução da tecnologia atinente aos bioinsumos. Diante dos fatos de haver insegurança jurídica por omissão do Estado, não tem/tinha estabelecido normas técnicas, de controle de qualidade, da produção de bioinsumos. A aprovação de Lei específica no Brasil garante o aumento da eficiência regulatória e o desenvolvimento do setor produtivo.

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa tem caráter qualitativo, uma vez que é elaborada a partir de dados secundários de revisões bibliográficas a partir de diferentes autores e legislações que abordam e pesquisam a temática, bem como no avançar dissertativo a realização de perguntas abertas que serão (dados primários) que tem como ponto central as perguntas que serão aplicadas nas entrevistas no decorrer do andamento da pesquisa de dissertação. Salienta-se que o trabalho dissertativo é de natureza exploratória/descritiva, com ênfase a alcançar os objetivos propostos.

Notadamente, é pacífico que a utilização dos bioinsumos beneficia muito a cadeia produtiva que integra as atividades agropecuárias. Desse contexto, resulta-se que o Estado se beneficia de todo o contexto decorrente do aumento da produtividade e, conseqüentemente, da pujança econômica, que resulta em maior arrecadação de impostos. Tal cenário é benéfico para qualquer estado, e aplica-se tanto ao Brasil quanto à Argentina. No Brasil, convém destacar que:

Em um momento em que o Estado está relançando sua iniciativa sobre bioinsumos, a integração destes biofertilizantes e sua história de sucesso está tornando-os o novo pilar desta categoria, mesmo que os biofertilizantes tenham estado até então em desvantagem, em favor de alternativas aos agrotóxicos. Este movimento, impulsionado

pelo Ministério da Agricultura, está sendo seguido por outras organizações públicas e privadas. Este é o caso em particular da Embrapa, que está organizada em suas principais linhas de pesquisa em torno de carteiras nas quais estão envolvidos pesquisadores de diferentes centros do país. Até 2019, entre as cerca de quarenta carteiras, a Embrapa tinha duas carteiras separadas dedicadas, respectivamente, ao controle biológico e à fixação atmosférica de nitrogênio. Alinhada com o Ministério da Agricultura, a presidência e a administração da Embrapa decidiram fundi-los em um novo portfólio de “Insumos Biológicos” (GOULET, 2021, p. 183).

Notadamente, uma economia pujante beneficia sobremaneira o Estado, especialmente no sentido de prover os recursos materiais necessários à sua subsistência. Neste contexto, convém à administração pública manter níveis econômicos adequados, e incentivar as áreas econômicas que entender mais benéficas ao interesse público. Evidentemente, deve respeitar os devidos limites, no sentido de não prejudicar a livre-iniciativa.

Destaca-se que o Estado exerce diversos papéis. No que se refere ao tema desta pesquisa, ressalta-se o papel de incentivador do desenvolvimento econômico a partir de medidas vinculadas aos incentivos tecnológicos, mais especificamente, investimentos em pesquisa e desenvolvimento em áreas/temas rejeitados/ignorados pela iniciativa privada. Nesse sentido, a lição de Sampaio *et al.* (2021) é muito pertinente:

O risco associado ao empreendedorismo e à inovação e à pesquisa, em muitos casos, vem sendo desempenhado pelo Estado com seus investimentos de longo prazo em C&T e P&D que se materializam em novos produtos, processos e mercados. O Estado assume os riscos de apostas em frentes tão desconhecidas que as incertezas nem sequer são identificadas. A iniciativa privada participa quando os riscos e as incertezas do desenvolvimento tecnológico podem ser mensurados (SAMPAIO *et al.*, 2021, p. 4).

É importante salientar que a iniciativa privada, após constatar a viabilidade econômica da comercialização dos bioinsumos, tente a investir mais recursos em pesquisa e desenvolvimento, tornando a cadeia produtiva mais diversificada, aumentando a pujança econômica, que resultará em maior arrecadação de impostos, que, por sua vez, permitirá que o Estado amplie seus investimentos em pesquisa, em um ciclo virtuoso.

Pelo exposto, depreende-se que o estado, ao investir em áreas rejeitadas pela iniciativa privada, a Administração Pública beneficia a sociedade. Porém, faz-se necessário um questionamento: além de investir em pesquisa e desenvolvimento, de que forma o Estado, por meio da Administração Pública, pode potencializar a utilização dos bioinsumos?

É nesse contexto que se propõe a implementação de políticas públicas adequadas. Isto porque a iniciativa privada, por sua própria força, nem sempre consegue implementar soluções em consonância com o interesse público. No contexto dos bioinsumos, por exemplo, a disponibilização de linhas de crédito (e/ou incentivos fiscais) aos produtores via políticas públicas tende a aumenta a adesão dos agropecuaristas aos bioinsumos.

Além disso, políticas públicas voltadas à conscientização dos produtores rurais sobre a necessidade de adoção de práticas produtivas amigáveis ao meio ambiente tendem a produzir efeitos positivos, especialmente quando a temática das vantagens da utilização dos bioinsumos é inserida no contexto.

Há de se ter a compreensão que existe o mecanismo da racionalização e da burocracia que se desloca do mercado competitivo para o Estado e para as categorias profissionais.

A pesquisa encontra-se em fase de levantamento bibliográfico por se tratar de uma dissertação e como consequência em andamento a pesquisa é qualitativa a partir de perguntas abertas que tem como ponto central das perguntas realizadas. A parte quantitativa se dará na avaliação do incremento de uso do estabelecimento do uso de patentes requeridas em cada país ao longo dos anos e número de empresas atuantes no setor, a área plantada que se conseguir identificar como área de uso de bioinsumos ou volume em litro de material comercializado em cada país, e número de insumos regulamentados em cada país nos últimos anos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Espera-se consolidar os conceitos fundamentais para a compreensão do tema da pesquisa e prospectar os elementos jurídicos necessários ao entendimento jurídico sobre os bioinsumos, tanto no Brasil quanto na Argentina, buscando-se a construção de um comparativo que demonstra adequadamente o estado de arte dos sistemas relativos à cadeia produtiva dos bioinsumos (ressalta-se: com especial ênfase sobre os bioinsumos em si) e sua utilização, considerando-se os aspectos legais e do setor produtivo em possível expansão.

Com o apoio do questionário (aplicação futura), espera-se obter dados que demonstrem as impressões dos sujeitos produtores, empresários, e pessoas do Estado/legislativo sobre a utilização dos bioinsumos e sobre a legislação pertinente.

Por fim, combinando-se os conhecimentos provenientes de pesquisa de natureza qualitativa referente às entrevistas com as pessoas, quanto ao uso dos bioinsumos em verificação e interpretação das respostas das entrevistas, espera-se alcançar uma melhor compreensão sobre as práticas sociopolíticas vinculadas aos bioinsumos, incluindo-se os reflexos jurídicos e do setor produtivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O engajamento e a responsabilidade devem estar e ser diante da projeção presentes na dinâmica de construção de ações voltadas aos interesses da sociedade e pensando na coletivi-

dade. Nesse sentido, é oportuno a manifestação interdisciplinar e através dela, da voz e vez a quem mais necessita e devem ser repassadas e discutidas as políticas públicas que se somam e se voltam ao reconhecimento inclusivo.

Diante da reflexão e necessidade os bioinsumos acabam sendo construídos como solução tecnológica para todos os setores agrícolas, desde a produção orgânica, agroecológica, à pequeno, médio e grande produtor. O intuito maior é oriundo de um espírito proposto e engajado de procurar resolver os problemas que são inquietantes dos diferentes atores envolvidos na construção participativa da questão dos bioinsumos, já que se trata de uma complexa situação e precisa ser tratada tanto no campo dos marcos regulatórios como no da construção de políticas públicas de desenvolvimento e isso influencia em resultados que contribuem para a pesquisa em diferentes áreas.

De acordo com a projeção das inovações sobre bioinsumos que acontecem nos territórios (Brasil e Argentina), leva-se em consideração a produção própria, o potencial local de desenvolvimento dessas tecnologias e ter políticas públicas que incentivem e apoiem estas iniciativas, assim como socializem o conhecimento, juntamente com os avanços nas pesquisas e inovação de não exclusão e sim haver um equilíbrio estratégico que venham a contemplar e conseguir uma segurança jurídica e alimentar na contemporaneidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa Bolsa de Demanda Social CAPES empenhada ao desenvolvimento do mestrado em Desenvolvimento e políticas públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, campus Cerro Largo/RS.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 10.375, de 26 de maio de 2020.** Institui o Programa Nacional de Bioinsumos e o Conselho Estratégico do Programa Nacional de Bioinsumos. 2020. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10375.htm>. Acesso em: jun. 2023.

GOULET, Frédéric. As políticas de promoção dos bioinsumos no Brasil. Entre alternativas e alinhamentos. In: **A ação pública de adaptação da agricultura à mudança climática no nordeste semiárido brasileiro.** SABOURIN, Eric. [et al.]. - 1. ed. - Rio de Janeiro: E-papers, 2021.

SAMPAIO, Renata Martins et al. **Tecnologias Biológicas:** a importância da pesquisa pública agropecuária para os bioinsumos no Brasil. 2021. Disponível em: <<http://3.143.189.23/bitstream/handle/20.500.13048/1947/paper%2093.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: abr. 2023.